

Degradação de espaços coletivos e de sociabilidade em condomínios verticais do PMCMV: um problema de projeto?

Degradation of collective spaces and sociability in the vertical PMCMV condominiums: a design problem?

La degradación de los espacios colectivos y sociabilidad en los condominios verticales PMCMV: un problema de diseño?

TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo Tinoco

Doutor, PPGAU/UFRN, mmarcelotinoco@gmail.com

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço

Doutora, PPGAU/UFRN, dubentes@gmail.com

LIMA, Larissa Rafaela Fernandes

Mestranda, PPGAU/UFRN, larissarafeaf@gmail.com

RESUMO

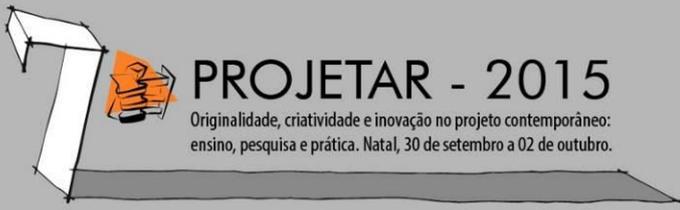
O presente artigo discute o problema da degradação de espaços coletivos em condomínios verticais, tendo como referência o Conjunto Vivendas do Planalto - Natal/RN. O trabalho está referenciado na Pesquisa de Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) desenvolvida com a participação de autores desse artigo, na Região Metropolitana de Natal, com complementação de dados obtidos na Secretaria de Habitação do Município de Natal (SAHARPE). Para reflexão sobre apropriação do espaço ou do lugar, o estudo apoia-se no conceito de Urbanidade desenvolvido pelo autor Frederico Holanda, além da concepção sobre o habitat formulada pelo arquiteto Nuno Portas. Como conclusão, relaciona o problema da degradação de espaços coletivos verificado no Conjunto Vivendas do Planalto, com a dissociação entre a concepção do habitat proposto e o perfil das famílias moradoras, cujas necessidades e modos de vida cotidianos não encontram forma de realização entre a tipologia habitacional e os arranjos físicos do exterior definidos pelo Projeto.

PALAVRAS-CHAVE: habitação coletiva, projeto urbano, espaços coletivos, urbanidade.

ABSTRACT

This article discusses the problem of degradation of collective spaces in vertical condominiums, with reference to the Residential Vivendas do Planalto - Natal / RN. The work is referenced in the Program Evaluation Research Minha Casa Minha Vida (PMCMV) developed with the participation of authors of this article, in the Metropolitan Region of Natal, with supplementary data obtained from the Department of the city of Natal Housing (SEHARPE). For consideration of appropriation of space or place, the study is based on the concept of Urbanity developed by the author Frederico Hollanda, beyond the conception of the habitat formulated by architect Nuno Portas. In conclusion, relates the problem of degradation of collective spaces seen in Residential Vivendas do Planalto, with the decoupling of the design of the proposed habitat and the profile of the resident families whose needs and everyday ways of life are not the embodiment of the housing typology and the physical arrangements of the exterior defined by the Project.

KEY-WORDS: collective housing, urban design, collective spaces, urbanity.



RESUMEN

Este documento aborda el problema de la degradación de los espacios colectivos en condominios verticales, teniendo en cuenta el proyecto “Residencial Vivendas do Planalto” - Natal / RN. El trabajo se hace referencia en la Investigación de Evaluación del “Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)” desarrollado con la participación de autores de este documento, en la Área Metropolitana de Natal, con los datos complementarios obtenidos en la “Secretaria de Habitação do Município de Natal (SEHARPE)”. Para el examen de apropiación del espacio o lugar, el estudio se basa en el concepto de Urbanidad desarrollado por el autor Frederico Holanda, y en la concepción del Hábitat formulado por el arquitecto Nuno Portas. En conclusión, se refiere al problema de la degradación de los espacios colectivos observados en el “Residencial Vivendas do Planalto”, con la disociación del diseño del hábitat propuesto y el perfil de las familias residentes cuyas necesidades y las formas cotidianas de la vida no encuentran modo de realización en la tipología de vivienda y las disposiciones físicas del exterior definidas por el Proyecto.

PALABRAS-CLAVE: *Vivienda colectiva, diseño urbano, espacios colectivos, urbanidad.*

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2009, o processo de implementação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) na Região Metropolitana de Natal (RMNatal), a exemplo das demais regiões do país, vem contribuindo expressivamente para transformações territoriais e urbanas, que, entre outros, evidenciam diversos problemas quanto à inserção urbana dos empreendimentos e à qualidade dos projetos. Essas questões se constituíram em eixos principais de análise, na pesquisa que realizamos no período 2013-2014, com o objetivo de avaliar o PMCMV na Região Metropolitana de Natal¹.

A reflexão que trazemos no presente artigo, sobre o problema da degradação de espaços coletivos em condomínios verticais, se insere nesse contexto e constitui um aprofundamento da avaliação realizada no empreendimento Residencial Vivendas do Planalto, localizado na Zona Oeste de Natal. Esse empreendimento foi delimitado para estudo de caso, na citada pesquisa, por ser representativo de uma tipologia que denominamos “híbrida” (blocos verticais implantados em lotes pré-existentes), e por expressar a contiguidade na elaboração e implantação do projeto, ou seja, a composição de diversos projetos que possuem registros específicos para as distintas fases de implantação, porém a sua configuração urbana sugere ser um único empreendimento. Essa estratégia, que tem sido utilizada de forma recorrente pelas empresas construtoras, concorre fortemente para precarização do espaço que vem sendo produzido pelo PMCMV, em especial aqueles de uso comum. Cabe ressaltar que esse não é um problema específico da RMNatal.

De acordo com Rolnik e Royer, 2014, o formato de produção habitacional do PMCMV consolidou o protagonismo do mercado imobiliário na política habitacional brasileira contemporânea. A

quantidade expressiva de empreendimentos contíguos, padronizados e concentrados em áreas específicas, vem promovendo a formação de regiões com grande monofuncionalidade e homogeneidade social, caracterizados como ‘megaempreendimentos’ que criam um tecido homogêneo tanto em termos de renda quanto em termos de tipologia e uso.

Na Região Metropolitana de Natal, os impactos da implantação do PMCMV decorrentes dessas situações de contiguidade, têm provocado um significativo aumento da densidade em várias porções do território, provocando também o aumento da demanda por serviços, comércio, transporte e por espaços e equipamentos de uso coletivo. Espaços de lazer e convívio existentes nos empreendimentos, sobretudo nos condomínios verticais, encontram-se degradados, apesar do pouco tempo de implantação. A utilização para prática de atividades ilícitas, atos de vandalismo e prostituição, coloca em evidência, tanto a fragilidade do trabalho social, quanto a inadequação do projeto ao perfil dos moradoresⁱⁱ.

A partir dessas constatações, verificamos que tais equipamentos acabam atendendo às exigências normativas, quer seja do PMCMV, quer seja do processo de licenciamento, sem proporcionar, porém, um espaço dinâmico de integração e convívio entre os moradores.

Visando aprofundar essa questão, buscamos nesse artigo discutir a concepção urbanística dos espaços coletivos e de sociabilidade, além dos projetos de equipamentos, implementados no âmbito do PMCMV, tendo como referência empírica o Conjunto Vivendas do Planalto.

Visando a compreensão dos processos e modalidades de apropriação do espaço ou do lugar, buscamos no conceito de *Urbanidade* desenvolvido por Holanda, 2010, referências para a apreensão dos “atributos sociais” relacionados aos atributos do lugar, “atributos da arquitetura”.

Para tanto, consideramos, também, a abordagem do arquiteto Nuno Portas, 2004, que propõe o estudo da concepção do habitat, segundo a análise das mútuas relações que se estabelecem entre espaço interior e espaço exterior, e sobre as quais recai a problemática da intimidade e socialização dos indivíduos, entendida não só na sua expressão sociológica como também em relação aos ambientes físicos.

Nessa perspectiva, recorreremos à base de dados produzidos pela pesquisa citada anteriormente, com levantamento de informações complementares junto aos setores da gestão pública responsáveis pela implementação dos Projetos do PMCMV em Natal (RN). Sobre a percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, consideramos a *Pesquisa de Satisfação do Morador*,

desenvolvida através de metodologia comum com grupos de pesquisa integrantes da Rede Cidade Moradiaⁱⁱⁱ. Para essa pesquisa foram aplicados questionários em amostras estatisticamente representativas dos empreendimentos da Faixa 1 estudados, a partir dos quais foram realizadas análises quantitativas. As dimensões abordadas foram: condições socioeconômicas e inserção no mundo do trabalho; direito à cidade e inserção urbana; trabalho social, participação e sociabilidade; satisfação e necessidades do morador. SHIMBO, 2015

2. ESPAÇOS COLETIVOS E DE SOCIABILIDADE: NOTAS CONCEITUAIS

Entende-se que o tema dos espaços coletivos e sociabilidades sugere a discussão sobre apropriação social do espaço e a arquitetura que lhe dá forma, ao traçar possibilidades para os diversos sentidos. Para desenvolver essas relações, buscou-se uma aproximação com o conceito de Urbanidade desenvolvido pelo arquiteto Frederico Holanda:

Urbanidade é um atributo social que implica visibilidade do outro, negociação de papéis e frágil fronteira entre eles, mobilidade social, estruturas societárias mais simétricas etc. Para seu florescimento a urbanidade precisa de uma arquitetura com determinados atributos: espaço público bem definido, forte contiguidade entre edifícios, frágeis fronteiras entre espaço interno e externo, continuidade e alta densidade do tecido urbano etc “urbanidade” obviamente se refere à cidade enquanto realidade física, mas também à qualidade de “cortês, afável, relativo à negociação continuada entre interesses. (HOLANDA, 2010, p.2;4)

O autor refere urbanidade social, *quando os atributos estiverem relacionados a modos de interação social e urbanidade arquitetônica, quando os atributos estiverem relacionados ao lugar*. Evidencia que *Urbanidade é normalmente afeita à escala da cidade. Todavia, é adaptável a outras escalas, para mais e para menos*.

No que se refere a degradação dos espaços coletivos e de sociabilidade, encontramos referências relevantes na obra do arquiteto Nuno Portas, que desenvolve uma investigação sobre a problemática da habitação apoiada em princípios de projeto segundo a identificação do *habitat* e da *família* como “espaço” e “sujeito do espaço”, e para os quais à instituição familiar cabe a função de dupla articuladora da vida *individual* - que se desenvolve no âmbito da família - e da vida *coletiva*, que relaciona as famílias entre si.

Considerando o ensaio de tipologia da família como essencial, tanto para programar uma unidade de vizinhança socialmente equilibrada, como para organizar a casa de acordo com o tipo concreto de família que a vai habitar, propõe a *caracterização do habitat* segundo aspectos como *constituição e estruturação da unidade familiar, novos aspectos da vida quotidiana do lar*, e o que denomina de *vida de relação*, onde a família desempenha papel central na *dialética interiorização-socialização*. Como

esquema metodológico, propõe a abordagem de *temas de investigação sociológica aplicada ao habitat* tais como: *Descrição sociológica* (costumes e ambiente anterior); *Estrutura da vida no lar* (nível de renda, vida cotidiana, ocupação, deslocamentos, permanência e hábitos no lar, tempo livre); *Estrutura comunitária* (experiência anterior, vida de relação em geral e de vizinhança em particular, exigências quanto ao equipamento comum); *Mobilidade demográfica e social* (evolução da família, composição dos agregados familiares, novas exigências em relação à casa).

A teoria da habitação social desenvolvida por Portas considera a concepção da célula e o seu modo de agrupamento e a organização interna da habitação, como fases indissociáveis da programação arquitetônica, sem as quais, não é possível articular as mútuas relações interior-exterior. Nesse sentido, ao conteúdo metodológico do dimensionamento social, apresenta outro esquema denominado “organização do agrupamento habitacional”, em que propõe a articulação dos planos *funcional, figurativo e sociológico* a quatro aspectos importantes para a composição do agrupamento habitacional: *intervenção urbanística no espaço exterior; capacidade programática (composição – capacidade - das unidades); esquema distributivo e modos de acesso; e condicionamento do espaço interior.*

Assim como o ponto de vista de partida para a definição de um núcleo habitacional é o seu dimensionamento sociológico (...), também o problema do princípio da concepção de um habitat, tomado o termo no seu sentido restrito ou próximo, está na opção de um agrupamento. Este vincula, talvez irreversivelmente, a relação da célula com o espaço exterior, com as outras células e, finalmente, o seu próprio espaço interno. (Portas, 2004, p.53)

Na concepção do agrupamento a atenção recairia predominantemente no *espaço de relação* ou “core”, identificado com os órgãos de acesso e distribuição (halls de entrada e sistemas de circulação vertical e horizontal) com profundas repercussões na forma e organização dos imóveis. Segundo a sua teoria, a importância desses órgãos no plano funcional é dada pela eficiência dos movimentos, tanto para os moradores que se dirigem à sua casa, quanto para os contatos entre si e sua relação com o edifício, como pelo tratamento dos espaços através da criação de pontos de encontro determinantes para a eficácia social e para a *vida de relação* da família.

A *vida de relação* revela distintos aspectos que não se encontram nos diferentes tipos de famílias com o mesmo grau de intensidade. Para explicar esse conceito, Portas elenca três estados de relação vividos pela família: o conhecimento passivo do outro; a cooperação ou espírito de solidariedade; e a amizade pela inexistência de barreiras. Os dois primeiros estados têm como quadro mais frequente a unidade de habitação. A família que caracteriza a classe média e a burguesia em geral não usa o plano da unidade para estabelecer as suas relações, e a unidade de vizinhança não marca este tipo de

famílias de reduzidas “necessidades”. Nas camadas populares, entretanto, as dificuldades quotidianas tornam as relações de vizinhança uma necessidade, marcando uma concepção de solidariedade bem diferente. A família operária é assim obrigada a construir a sua *vida de relação* no próprio prédio edifício, ou nos espaços e equipamentos de caráter comum pertencentes à unidade de vizinhança.

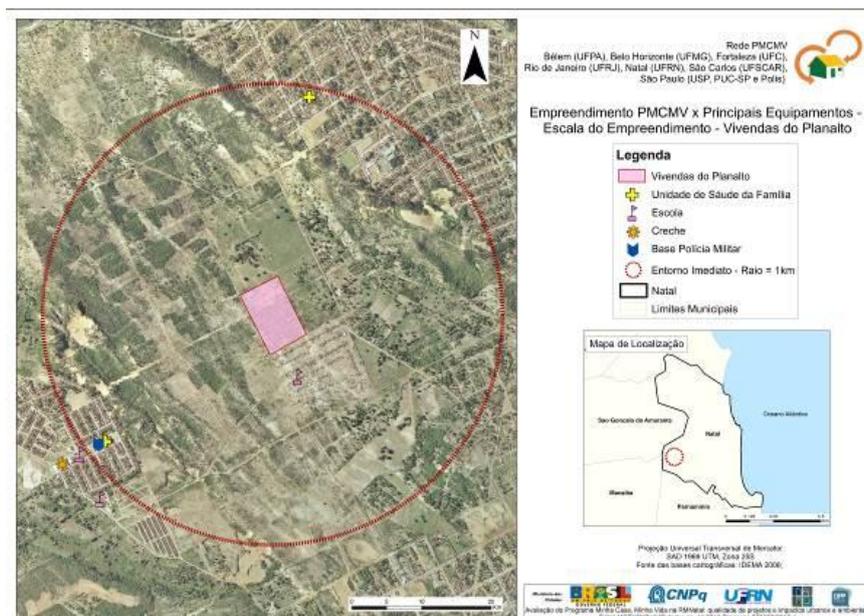
Nesse contexto, os espaços e equipamentos de caráter comum têm o papel de suprimir deficiências e necessidades programáticas de âmbito familiar que a casa, em sentido restrito, não pode satisfazer, devendo, portanto, assumir na fase de programação do projeto as funções de relação de permanência e sociabilização.

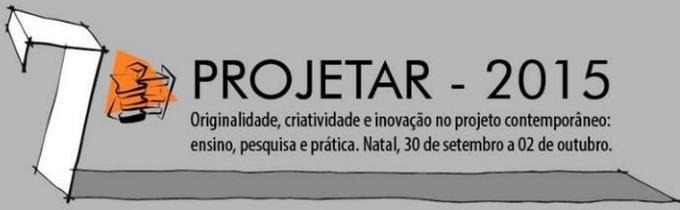
Tais referências contribuem nesse estudo para a análise dos espaços coletivos do Residencial Vivendas do Planalto, que se apresenta a seguir, coma ênfase na compreensão dos processos e práticas de apropriação social do espaço.

3. CONJUNTO RESIDENCIAL VIVENDAS DO PLANALTO

O Conjunto Residencial Vivendas do Planalto está localizado no bairro do Guarapes, Zona Oeste de Natal/RN, em uma área que evidencia graves problemas de acesso aos serviços e equipamentos urbanos pelos moradores. Em um raio de 1 Km, foram identificadas nos limites 2 unidades de saúde e uma base da policia, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 1: Localização do Residencial Vivendas do Planalto e equipamentos existentes no seu entorno.





A sua execução ocorreu em quatro etapas, com a construção de 224 unidades, cada uma, configurando um grande empreendimento com 896 unidades habitacionais implantadas sobre um terreno de 9,12 ha e abrigando uma população estimada em 3.584 habitantes.

Os “beneficiários” do conjunto são originários de dois grandes grupos identificados como sorteados (demanda aberta) e assentados (demanda fechada) oriundos de assentamentos erradicados pelo município, com expressivos níveis de insalubridade, precariedade da habitação e elevado índice de natalidade e desemprego. A criminalidade e o tráfico de drogas também estão presentes nessas localidades. O grupo dos sorteados seguiu critérios do PMCMV, dentre os quais, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias com pessoas portadoras de deficiência.

O processo de cadastramento, seleção, hierarquização e habilitação, tanto da demanda aberta (sorteados), quanto da fechada (assentados), ficou sob a responsabilidade da SEHARPE – Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, com execução e gestão vinculada ao DASPE – Departamento de Ação Social e Projetos Especiais.

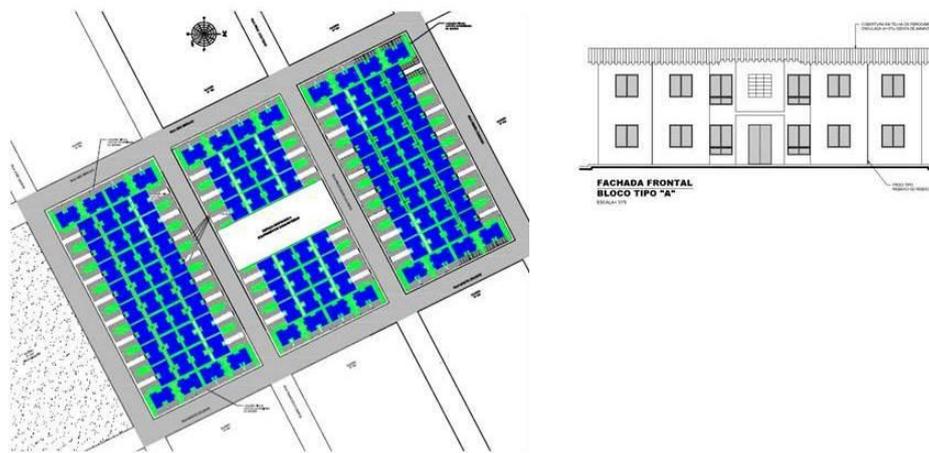
A metodologia adotada reuniu diferentes perfis de renda em um mesmo espaço. A primeira etapa do empreendimento contou com 20,6% de usuários sem renda, 52% com rendimento até 1 salário mínimo, 25,1% com rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos e 2,2% de 2 a 3 salários mínimos. Verifica-se dessa forma uma diversidade de situações dadas pelo gradiente do perfil sócio econômico na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos para a qual o conjunto se destina, uma vez que não houve nenhum tipo de orientação quanto à diferenciação do tipo de morador para cada unidade habitacional.

Sorteados e assentados foram distribuídos aleatoriamente tornando-se inevitável os conflitos de vizinhança, como, por exemplo, os gerados em virtude da proximidade entre os blocos, não só no que se refere à privacidade, mas principalmente, à insegurança gerada por esses conflitos. Dentre os mais graves destaca-se a disputa entre milícias pelo domínio do tráfico de drogas através da ocupação dos espaços coletivos. A praça antes destinada ao lazer da comunidade passa a servir de palco de “acerto de contas” desses moradores. Além disso, o medo provocado pelas milícias vem fazendo com que os moradores comecem a cercar seus blocos, alterando a tipologia original do condomínio. (Seharpe, 2013)

A precarização dos Espaços Coletivos e de Sociabilidade no Conjunto Vivendas do Planalto

Do ponto de vista do padrão de urbanização, o conjunto é composto por 60 lotes de 1.000 m², cada um (oriundos de um parcelamento previamente existente), distribuídos em 03 quadras com 20 lotes cada uma. A ocupação é determinada pela implantação de dois blocos com dois pavimentos e planta “H” em cada lote. O bloco apresenta quatro unidades habitacionais por pavimento, totalizando oito unidades por bloco, resultando em 16 unidades em cada lote. A projeção da área edificada dos dois blocos sobre o lote é de 40,34%, sendo o restante da sua superfície não edificada destinada para estacionamento de veículos (uma vaga por unidade), localizado em recuo frontal de 20m. Figura 2.

Figura 2: Residencial Vivendas do Planalto - Partido Urbanístico e Tipologia Habitacional



Fonte: Bentes Sobrinha, 2015

No que se refere ao agenciamento dos espaços de uso coletivo, destinou-se uma área central para a construção de equipamentos, com um centro comunitário, uma praça para lazer e recreação infantil e uma quadra de esportes. Embora a área de lazer tenha sido estruturada com estes equipamentos, o porte do empreendimento dado pela contiguidade da implantação das 4 etapas, já previstas desde a sua concepção, resultou em um espaço concentrado, centralizado e distante dos blocos localizados nas extremidades do conjunto. (Figura 3).

A extrema proximidade entre os blocos que ocupam o mesmo lote, por opção de um agrupamento que priorizou a reserva de vagas para estacionamento de veículos, no que pese a maioria de famílias de desempregados e de baixíssima renda não possuir automóvel, resultou em diversas formas de apropriação, expressas sobretudo pela ocupação dos recuos frontais com estruturas precárias para instalação de comércio, secagem de roupa e construção de muros. (Figura 4)

Figura 3. Área Central. Lazer e equipamentos (Praça, Quadra e Centro Comunitário)



Fonte: Lima, 2015

Figura 4. Apropriação do recuo frontal



Fonte: Lima, 2015

No que tange às relações entre o edifício e o exterior, quanto aos sistemas de acesso e distribuição (halls de entrada, escadas, pátios frontais), constata-se a ausência de espaços de sociabilidade que possam suprir as necessidades de âmbito familiar que a moradia não satisfaz. Como resultado, verifica-se a ocupação de recuos laterais com a criação de “quintais”/prolongamento cozinha-área de serviço, observado na Figura 5, bem como a expansão de espaços de permanência/sala, com a criação de varandas sobre áreas coletivas (sistema de circulação vertical), Figura 6.

Figura 5. Apropriação de recuo lateral (prolongamento da unidade térrea/quintal)



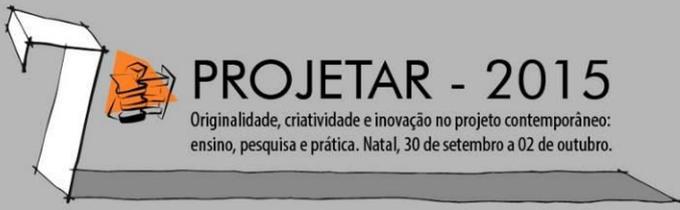
Fonte: Lima, 2015

Figura 6. Apropriação do recuo fronta



Fonte: Lima, 2015

As diversas formas de apropriação acima relatadas podem ser confirmadas quando confrontadas com os resultados da entrevista realizada junto a moradores do PMCMV na RMNatal, através da qual identificou-se que embora, no universo de 532 entrevistados, 84,02% afirmaram que preferem a moradia atual, a análise desagregada por município/empreendimento revelou que dentre os maiores percentuais de preferência pela moradia anterior, um deles encontra-se em Natal, justamente no Conjunto Vivendas do Planalto.



Sobre a qualidade dos espaços ofertados na nova moradia, foi possível constatar que a tipologia do condomínio é a que apresenta o maior percentual de problemas (73,10%), associados, principalmente, à ausência de quintais, varandas e espaços maiores como a cozinha e a área de serviço, a exemplo do que eles já possuíam na moradia anterior.

Quando os moradores referem-se a relação da casa com o entorno, são evidenciados os problemas de segurança e acesso aos equipamentos e serviços. Ou seja, a inadequação não ocorre apenas no âmbito da unidade habitacional, que não oferece opções de flexibilidade e adaptabilidade, decorrente da tipologia e da forma de agrupamento propostos (condomínio vertical em blocos isolados), mas decorre, sobretudo, das frágeis relações entre a moradia, os espaços exteriores, e as práticas cotidianas dos moradores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas de degradação dos espaços exteriores e das unidades habitacionais identificados no Conjunto Vivendas do Planalto permite-nos afirmar que decorrem não apenas das fragilidades metodológicas do Trabalho Social do município, mas também por uma opção de forma de agrupamento habitacional na qual o projeto foi concebido inteiramente descolado do perfil e necessidades das famílias de baixa renda selecionadas.

A análise do projeto do Conjunto Vivendas do Planalto evidenciou a clara dissociação entre a tipologia arquitetônica e o perfil da demanda, que acabam comprometendo as dinâmicas familiares no cotidiano. Questões relacionadas ao projeto habitacional e aos padrões de urbanização praticados pelo PMCMV, como a verticalização e a padronização excessiva dos projetos arquitetônicos, que reforçam a concepção do espaço privado, em alguns casos de condomínios verticais populares fechados por muros, inadequados para o modo de vida da população baixa renda, acabam por comprometer o convívio, a participação e a sociabilidade entre moradores desses empreendimentos.

O porte estimulado pela contiguidade na implantação do conjunto habitacional em diferentes etapas associado à maximização na utilização dos espaços privados, contribui para a configuração de espaços públicos subdimensionados e distantes para uma parcela dos moradores.

Sobre este contexto, e considerando ainda que estudos recentes (Vianna e Filho, 2012;) demonstram que alterações recentes da composição da família brasileira tem tido implicações no dimensionamento de apartamentos - aspectos que devem ser abordadas ainda na fase de concepção do projeto, como a oferta de maior diversidade de plantas-tipo com variações de arranjos internos; e

a adoção de estratégias de flexibilidade no uso da habitação - o conjunto Vivendas do Planalto evidencia-se absolutamente inadequado ao perfil de moradores em questão.

Dentre a gama de inadequações das habitações ofertadas pelo PMCMV, Palermo (2012) nos chama a atenção para as consequências advindas da impossibilidade do projeto não oferecer condições para que o usuário possa apropriar-se e modificar o espaço habitacional, como a falta de identificação da família com a casa; a transformação da casa pelo usuário em sucessivas etapas e sem assessoria técnica, com grandes riscos funcionais e construtivos, prejudiciais a habitabilidade.

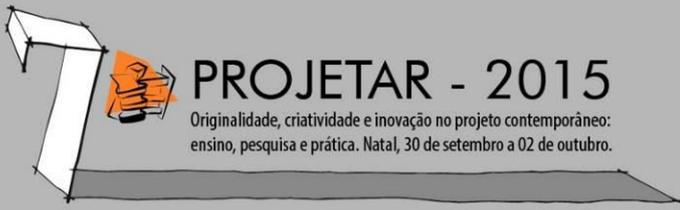
A qualidade da habitação enquanto espaço construído está relacionada ao projeto arquitetônico. Um bom desempenho e qualidade envolvem a necessidade do conhecimento pelo projetista das camadas sociais a que as habitações se destinam, bem como das estratégias utilizadas pelos moradores na utilização da casa.

No que pese a importância de outras variáveis na configuração dos espaços de sociabilidade, como perfil social das famílias, aspectos culturais entre outros, a análise do Residencial Vivendas do Planalto, evidenciou que existe uma dimensão específica das soluções de projeto que concorrem para o abandono e /ou degradação desses espaços.

Desde o seu lançamento no ano de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tem suscitando, nos meios científico e acadêmico, reflexões críticas sobre, de fato, quais caminhos a produção da habitação social para as populações de baixa renda no Brasil deve se dar. Nesse contexto, o artigo procura, à luz dos conceitos trabalhados, retomar a discussão dos atributos e valores - sociais e físicos - que constituem a complexidade do projeto da habitação social, e que podem, unicamente no campo específico da arquitetura e do urbanismo, recuperar as relações perdidas entre o edifício e os espaços públicos de uso coletivo, desde que estas estejam colocadas em seu devido lugar, como um problema de projeto.

5 AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a colaboração dos grupos de pesquisa PROJETAR, GEHAU e GERAH do PPGAU/UFRN, pelas contribuições no aprofundamento dos temas tratados no presente artigo, bem como ao CIAUD/FAULisboa, junto ao qual participam no âmbito das ações de pós-doutoramento financiado pela CAPES (Processo BEX 5543-14-2), a qual agradecemos igualmente a colaboração.



6 REFERÊNCIAS

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. ; SILVA, Alessandro Ferreira C. da; TINOCO, Marcelo Bezerra de M; FERREIRA, Glenda Dantas; GUERRA, Eliane Costa; SILVA, Francis L. Barbosa da. *Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana de Natal (RMNatal): inserção urbana, qualidade do projeto e seus efeitos na segregação socioespacial*. In AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; CRUZ, Maria Beatriz Cruz (orgs). *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. 428 p. : il. ; 23 cm. ISBN 9788577853779

HOLANDA, Frederico de. *Urbanidade: Arquitetônica e Social*. Simpósio Temático. I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. ENANPARQ. Rio de Janeiro, 2010.

PALERMO, Carolina. Sustentabilidade social do habitar. in PEDRO, João Branco; FILHO, José Jorge Boueri (orgs); *Qualidade espacial e funcional da habitação*. Coleção Cadernos Edifícios, no. 07. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa, 2012.

PORTAS, Nuno. *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1ª Edição. Porto, 2004.

ROLINK, Raquel; ROYER, Luciana de Oliveira. *O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014.

SEHARPE / Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes. *Projeto de Trabalho Social-PTS e Plano de Desenvolvimento Socio Territorial – PDST. Empreendimento Vivendas do Planalto*. Prefeitura Municipal de Natal. 2013.

VIANNA, Fabiano Borba, FILHO, José Jorge Boueri. Transição demográfica e ciclo familiar: influências no projeto de apartamentos. in PEDRO, João Branco; FILHO, José Jorge Boueri (orgs). *Qualidade espacial e funcional da habitação*. Coleção Cadernos Edifícios, no. 07. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa, 2012.

NOTAS

ⁱ BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. (Coord.); SILVA, Alessandro F.C da; GUERRA, Eliana C.; TINOCO, Marcelo B. de M.; FERREIRA, Glenda D., 2015.

ⁱⁱ Ibidem 1

ⁱⁱⁱ A Rede Moradia e Cidade é formada por onze núcleos de pesquisa, atuando a partir de delimitações espaciais específicas, mas construindo abordagens metodológicas comuns, visando a orientar os processos de investigação: (1) LABCAM FAU-UFPA (RM Belém e Sudeste do Pará); (2) LEHAB DAU-UFC (RM Fortaleza); (3) PPGAU (LabHabitat)/PPEUR – UFRN (RMNatal); (4) Praxis Escola de Arquitetura –UFMG (RM Belo Horizonte); (5) IPPUR-UFRJ (RM Rio de Janeiro); (6) CiHaBe PROURB-UFRJ (RM Rio de Janeiro); (7) Polis-SP, (8) NEMOS – CEDEPE - PUC-SP (RM São Paulo / Osasco); (9) LabCidade FAUUSP (RM São Paulo e RM Campinas); (10) IAU-USP São Carlos + PEABIRU (RM São Paulo); (11) IAU-USP São Carlos (Regiões administrativas de São Carlos e Ribeirão Preto).